



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 6º Bimestre/2017

Vitória-ES, Fevereiro/2018



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2017 se caracterizou pela continuidade do ajuste fiscal nas contas públicas do Estado.

Em 2017 o Resultado do Tesouro Estadual foi superavitário em R\$ 331 milhões, que pode ser justificado pelo aumento das rendas do petróleo e o crescimento das receitas tributárias, especialmente no segundo semestre, alinhados às ações para manutenção do equilíbrio das contas.

A Receita de Caixa de 2017 apresentou crescimento real de 1,1% em relação ao exercício anterior. Somente as rendas do petróleo (royalties e participação especial) tiveram aumento real de 36,5%.

No que se refere as despesas, as medidas estabelecidas pelo governo para alcançar o equilíbrio fiscal a partir da contenção e qualificação dos gastos aliado ao ingresso do Estado no regime comum de pagamento de precatórios contribuiu para que a Despesa de Caixa apresentasse queda real de 2%, frente a igual período do ano anterior.

No que diz respeito à Despesa com Pessoal, o Estado observou os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, em 2017, foi 43,3%.



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

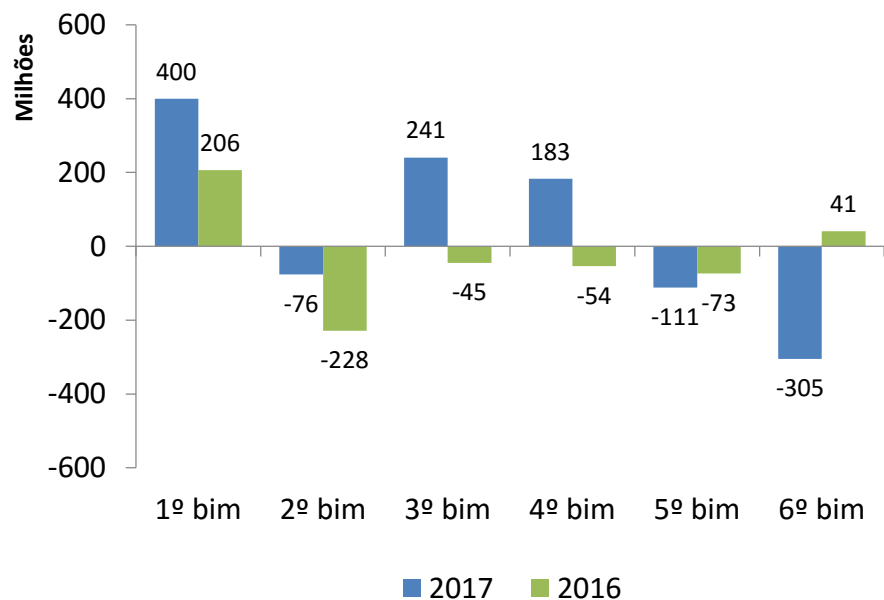
EXECUÇÃO DO TESOURO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2017/2016
Receita de Caixa do Tesouro	10.104.108	10.513.586	4,1	1,1	409.478
Duodécimos aos Poderes	1.839.000	1.690.168	-8,1	-10,7	-148.832
Despesa Empenhada do Executivo	8.417.907	8.492.259	0,9	-2,0	74.352
PESSOAL	4.928.837	5.089.146	3,3	0,3	160.309
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.074.395	2.251.960	8,6	5,4	177.565
FINANCIAMENTO FUNDAP	387.006	360.778	-6,8	-9,4	-26.228
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	573.650	517.092	-9,9	-12,4	-56.558
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	217.541	0	-100,0	-100,0	-217.541
PAGAMENTO DO PASEP	110.309	107.762	-2,3	-5,1	-2.547
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	126.168	165.520	31,2	27,4	39.352
Resultado do Tesouro	-152.799	331.159			483.958

Fonte: GECOG/SEFAZ



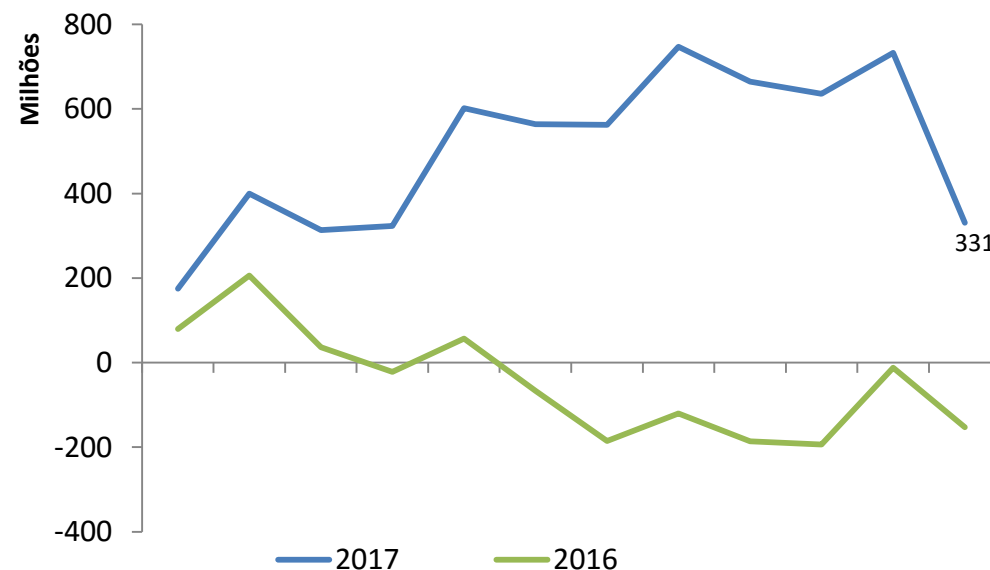
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até o sexto bimestre de 2017 apresentou um crescimento de **2,3%** em relação ao mesmo período de 2016. Descontada a inflação do período, verifica-se uma queda real de **0,6%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2017/2016
RECEITA TOTAL	14.797.830	15.138.081	2,3	-0,6	340.251
Receitas de impostos e taxas	10.515.374	11.071.951	5,3	2,3	556.577
ICMS - Inclusive FUNDAP	8.605.340	9.044.471	5,1	2,1	439.130
Taxas	574.857	630.678	9,7	6,6	55.822
Recuperação da dívida ativa	221.445	235.822	6,5	3,4	14.377
IPVA	470.629	482.051	2,4	-0,5	11.422
IRRF	588.049	613.603	4,3	1,4	25.554
ITCMD	55.054	65.327	18,7	15,3	10.273
Receitas de Transferências	4.544.120	4.708.790	3,6	0,7	164.670
Royalties e Participações Especiais	974.746	1.345.750	38,1	34,1	371.005
FPE	1.369.327	1.282.075	-6,4	-9,1	-87.252
Educação - FNDE e FUNDEB	973.700	990.719	1,7	-1,2	17.019
Saúde - SUS	579.333	611.230	5,5	2,5	31.897
Cota-parte do IPI	268.294	226.657	-15,5	-17,9	-41.637
FEX e Lei Kandir	247.635	120.460	-51,4	-52,7	-127.175
Outras transferências	131.086	131.900	0,6	-2,3	814
Outras Receitas (voluntárias e outras)	897.548	713.781	-20,5	-22,8	-183.766
Receitas de Operações de Crédito	299.084	88.870	-70,3	-71,1	-210.214
Receitas Transferidas	-4.305.479	-4.482.205	4,1	1,1	-176.727
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-1.709.527	-1.757.166	2,8	-0,2	-47.639
Repasso Constitucional aos Municípios	-2.595.952	-2.725.039	5,0	2,0	-129.087
Receitas do Instituto de Previdência	2.847.183	3.036.893	6,7	3,6	189.710

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (sem FUNDAP), realizada até o sexto bimestre de 2017, apresentou um crescimento real de **3,0%** em relação ao mesmo período de 2016.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				
	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	
ICMS (SEM FUNDAP)	8.070.611	8.556.584	6,0	3,0	485.973
Substituição Tributária	2.392.373	2.412.663	0,8	-2,0	20.290
Energia Elétrica	1.214.445	1.115.543	-8,1	-10,8	-98.902
Diversos	546.437	642.254	17,5	14,2	95.818
Comércio Exterior	148.655	161.604	8,7	5,6	12.950
Comunicação	562.226	611.493	8,8	5,6	49.266
Comércio	1.594.774	1.673.665	4,9	1,9	78.891
Simplex Nacional	299.573	302.142	0,9	-2,0	2.569
Transportes	332.458	346.456	4,2	1,2	13.998
Indústria	979.670	1.290.764	31,8	28,0	311.094

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

Até o sexto bimestre de 2017 a Receita de Caixa apresentou crescimento nominal de **4,1%** em relação ao mesmo período de 2016. Se considerada a inflação do período, temos uma variação real de **1,1%**.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil Variação 2017/2016
Receita Total	14.797.830	15.138.081	2,3	-0,6	340.251
Receita Vinculada	4.693.722	4.624.495	-1,5	-4,3	-69.227
Receita de Caixa do Tesouro	10.104.108	10.513.586	4,1	1,1	409.478
ICMS NORMAL	6.037.043	6.395.600	5,9	2,9	358.557
ITCMD	55.054	65.327	18,7	15,3	10.273
IPVA	235.315	241.014	2,4	-0,5	5.699
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,...)	1.168.608	1.019.879	-12,7	-15,2	-148.729
ICMS FUNDAP	401.047	365.915	-8,8	-11,4	-35.132
Cota-Parte IPI	201.220	169.993	-15,5	-17,9	-31.227
FUNDEB	882.918	887.691	0,5	-2,3	4.773
IRRF	588.041	613.603	4,3	1,4	25.562
Cota-Parte FPE	1.369.327	1.282.075	-6,4	-9,1	-87.252
Receita Transferida ao FUNDEB	-1.709.527	-1.757.166	2,8	-0,2	-47.639
Royalties e Participação Especial	875.060	1.229.656	40,5	36,5	354.595

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2017/2016
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	9.229.047	9.283.930	0,6	-2,3	54.883
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	9.717.101	10.152.808	4,5	1,5	435.706

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até o sexto bimestre de 2017 representou 104,1% do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	Até Dezembro 2017	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	11.718.791	12.193.441	104,1	12.193.441
Receita de Caixa do Tesouro	10.101.735	10.513.586	104,1	10.513.586
Receita Vinculada	5.711.532	4.624.495	81,0	4.624.495
Receita Total	16.192.128	15.138.081	93,5	15.138.081

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Nota:

*Decreto nº 4059-R de 26 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2017.



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Operações de Crédito Internas	213.103	243	-99,9	-99,9
BNDDES - PROPAE	208.915	0	-100,0	-100,0
BNDDES BRT GV	4.119	0	-100,0	-100,0
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	68	43	-37,4	-39,2
CEF - PróMoradia	0	201	-	-
Operações de Crédito Externas	85.981	88.627	3,1	0,1
BID - PROFAZ	3.201	18.449	476,3	459,8
BID - PRES III	64.419	62.434	-3,1	-5,9
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	18.361	7.744	-57,8	-59,0
TOTAL*	299.084	88.870	-70,3	-71,1

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2017

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o Programa de Águas Pluviais com a CEF, o Programa Rodoviário III com o BID e o Gestão Integrada de Águas e Paisagens com o BIRD.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um aumento real de **0,3%** até o sexto bimestre de 2017, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil			
	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
PESSOAL	7.350.295	7.755.564	5,5	2,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.060.320	3.248.307	6,1	3,1
FINANCIAMENTO FUNDAP	387.006	360.778	-6,8	-9,4
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	578.490	522.263	-9,7	-12,3
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	217.541	0	-100,0	-100,0
PAGAMENTO DO PASEP	141.443	141.182	-0,2	-3,0
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	543.584	649.774	19,5	16,1
Total	12.278.680	12.677.868	3,3	0,3

Variação 2017/2016
405.269
187.987
-26.228
-56.227
-217.541
-261
106.189
399.187

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou uma queda real de **-2,0%** até o sexto bimestre de 2017, comparada ao mesmo período de 2016.

Tabela 8: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2017/2016
PESSOAL	4.928.837	5.089.146	3,3	0,3	160.309
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.074.395	2.251.960	8,6	5,4	177.565
FINANCIAMENTO FUNDAP	387.006	360.778	-6,8	-9,4	-26.228
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	573.650	517.092	-9,9	-12,4	-56.558
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	217.541	0	-100,0	-100,0	-217.541
PAGAMENTO DO PASEP	110.309	107.762	-2,3	-5,1	-2.547
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	126.168	165.520	31,2	27,4	39.352
Total	8.417.907	8.492.259	0,9	-2,0	74.352

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2017/2016
Ativos - Efetivos e Comissionados	2.064.588	2.000.506	-3,1	-5,9	-64.082
Designação Temporária	652.803	633.739	-2,9	-5,7	-19.064
Contribuição Patronal/Aporte	1.970.162	2.170.937	10,2	7,0	200.775
Outras Despesas de Pessoal	241.283	283.963	17,7	14,3	42.680
Pessoal e Encargos	4.928.837	5.089.146	3,3	0,3	160.309
Precatórios	217.541	0	-100,0	-100,0	-217.541
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	5.146.379	5.089.146	-1,1	-3,9	-57.232

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

Conforme a Lei nº 10.779/17, foi concedido abono salarial aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação		R\$ Mil
			Nominal (%)	Real (%)	Variação 2017/2016
Ativos - Efetivos e Comissionados	2.113.778	2.047.714	-3,1	-5,9	-66.064
Designação Temporária	652.863	636.244	-2,5	-5,3	-16.619
Contribuição Patronal/Aporte	2.000.183	2.200.872	10,0	6,9	200.689
Outras Despesas de Pessoal	2.583.471	2.870.733	11,1	7,9	287.262
Pessoal e Encargos	7.350.295	7.755.564	5,5	2,5	405.269
Precatórios	217.541	0	-100,0	-100,0	-217.541
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	7.567.837	7.755.564	2,5	-0,5	187.727

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

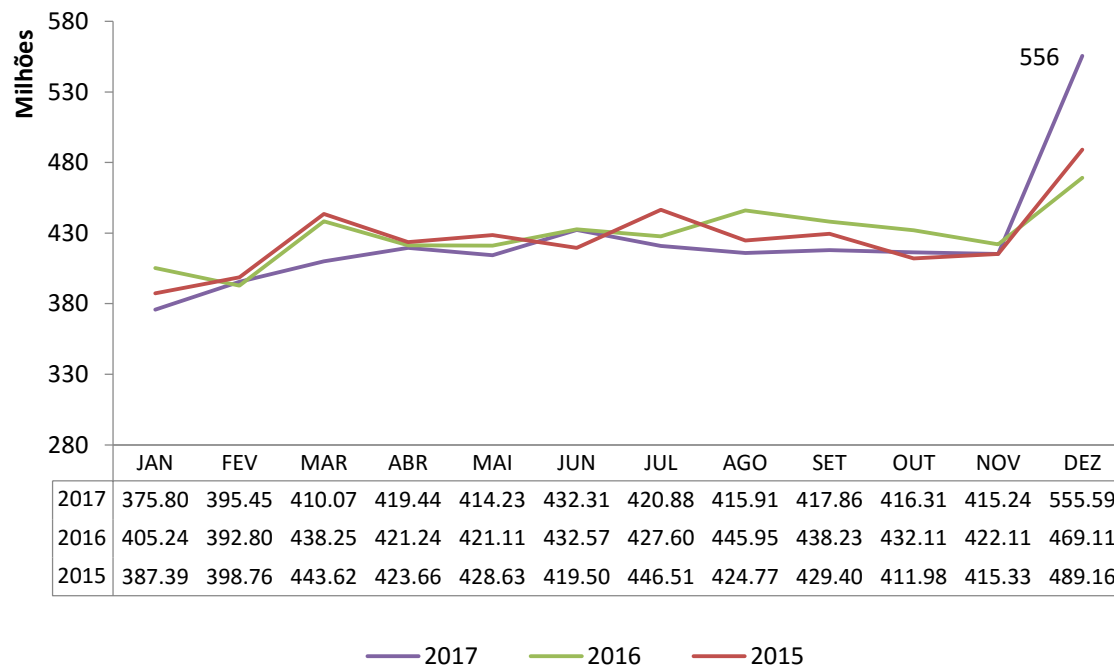
Conforme a Lei nº 10.779/17, foi concedido abono salarial aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



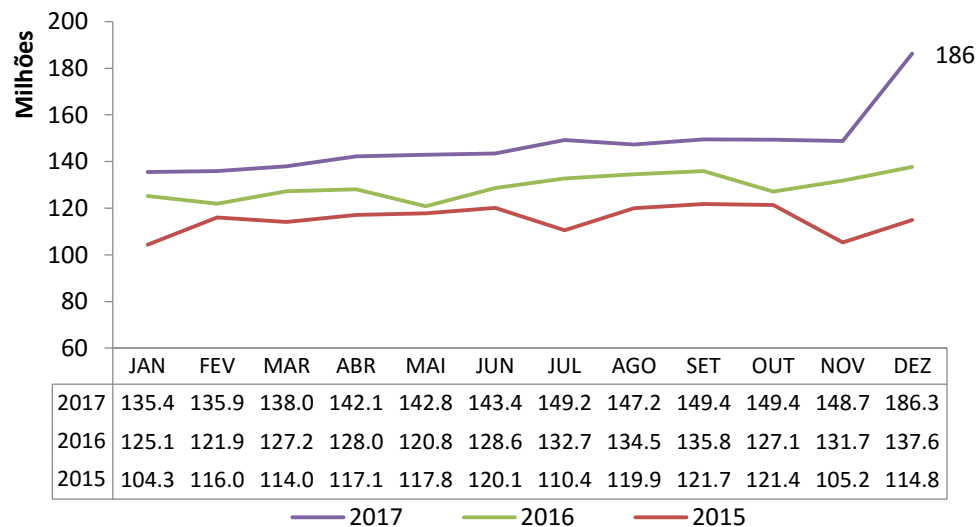
	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2017	5.089
Janeiro a Dezembro 2016	5.146
Janeiro a Dezembro 2015	5.119

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Os gráficos abaixo apresentam os valores aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte, tanto no Poder Executivo como para os outros Poderes.

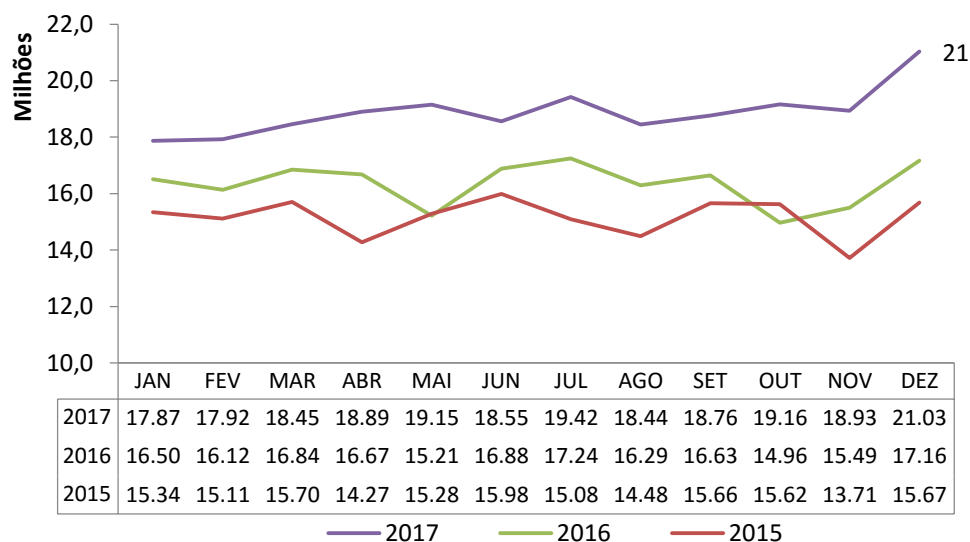
Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Poder Executivo



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Gráfico 5 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Outros Poderes



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

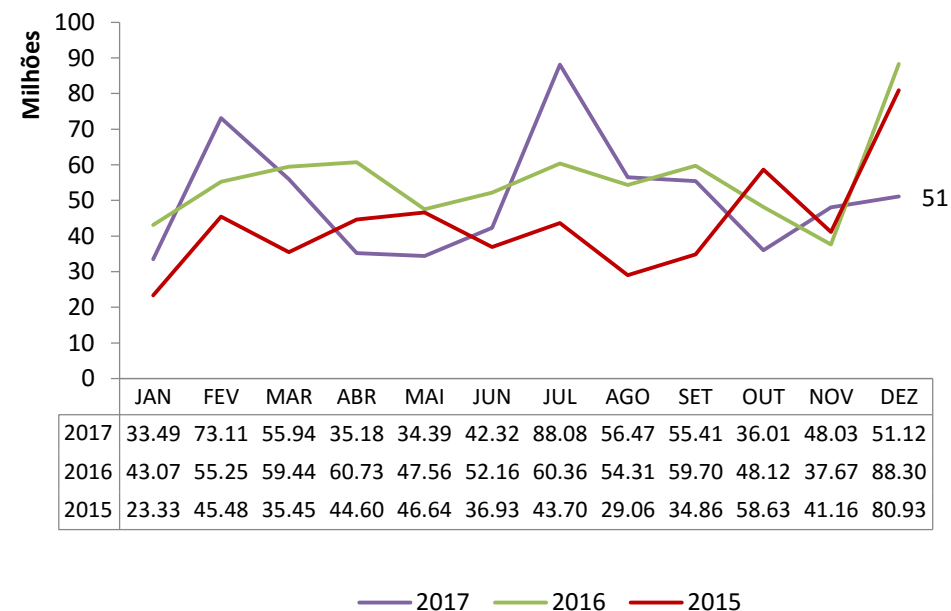


5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

O Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, encontra-se no período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos, apresentou queda nominal de **-8,57%** em 2017.

Gráfico 6 – Fluxo Fundo Previdenciário

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2017	610
Janeiro a Dezembro 2016	667
Janeiro a Dezembro 2015	521



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2017	2.360
Janeiro a Dezembro 2016	2.185
Janeiro a Dezembro 2015	2.400

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	Até Dezembro	Até Dezembro	Variação	Variação	Variação
	2016	2017	Nominal (%)	Real (%)	2017/2016
SERVIÇOS DE SAÚDE (serviços médicos/leitos/contratualização/cooperativas)	662.622	627.542	-5,3	-8,0	-35.080
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	163.690	155.060	-5,3	-8,0	-8.630
TRANSCOL SOCIAL/GERENCIAMENTO	114.003	105.726	-7,3	-9,9	-8.277
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	94.681	98.004	3,5	0,5	3.323
TRANSPORTE ESCOLAR	35.596	61.425	72,6	67,6	25.828
ALIMENTAÇÃO PRISIONAL	84.944	90.971	7,1	4,0	6.027
SENTENÇAS JUDICIAIS/SAÚDE	77.337	109.866	42,1	38,0	32.529
CAIXA ESCOLAR/APAE/PESTALOZZI/OUTRAS SUBVENÇÕES	10.172	20.506	101,6	95,8	10.334
MEDICAMENTOS DESTINADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	51.223	69.840	36,3	32,4	18.617
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	42.482	28.143	-33,8	-35,7	-14.339
ENERGIA ELÉTRICA	44.788	40.414	-9,8	-12,4	-4.374
SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	32.099	25.170	-21,6	-23,8	-6.929
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/TI	36.202	25.997	-28,2	-30,2	-10.204
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	37.588	35.233	-6,3	-9,0	-2.355
TELECOMUNICAÇÕES	16.568	13.502	-18,5	-20,8	-3.066
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	33.210	46.801	40,9	36,9	13.591
NOSSABOLSA	24.257	22.800	-6,0	-8,7	-1.457
CONCESSÃO FAÇA FÁCIL	20.057	17.856	-11,0	-13,5	-2.200
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/CONDOMÍNIOS	22.336	18.100	-19,0	-21,3	-4.235
ÁGUA E ESGOTO	25.519	24.293	-4,8	-7,5	-1.225
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	21.090	19.704	-6,6	-9,3	-1.386
SERVIÇOS EDUCACIONAIS/SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	19.384	18.526	-4,4	-7,2	-858
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA	16.735	16.634	-0,6	-3,4	-100
MATERIAL HOSPITALAR	16.829	14.337	-14,8	-17,2	-2.491
ESTAGIÁRIOS	17.805	14.029	-21,2	-23,5	-3.776
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	11.159	10.803	-3,2	-6,0	-356
MATERIAL FARMACOLÓGICO	13.442	12.690	-5,6	-8,3	-752
LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.053	18.570	-11,8	-14,3	-2.483
AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS	637	1.536	141,0	134,1	898
AUXÍLIO-FARDAMENTO	16.634	17.736	6,6	3,6	1.101
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	12.075	59.561	393,3	379,1	47.486
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL	7.905	9.579	21,2	17,7	1.674
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - MEDICAMENTOS	10.052	10.517	4,6	1,6	464
MEPES ¹	8.800	7.143	-18,8	-21,2	-1.657
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	238.190	356.957	49,9	45,6	118.767
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.230	26.385	99,4	93,7	13.155
TOTAL	2.074.395	2.251.960	8,6	5,4	177.565
PASEP	110.309	107.762	-2,3	-5,1	-2.547
TOTAL GERAL	2.184.704	2.359.722	8,0	4,9	175.018

1- Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES):Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativos de Substit. de Mão-de Obra e Demais Serviços.



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	5.659	5.530	-2,3	-5,1
PRODEST/CEASA	5.659	5.530	-2,3	-5,1
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	508.744	430.936	-15,3	-17,7
CEF	56.736	53.499	-5,7	-8,4
BNDES	233.835	238.506	2,0	-0,9
União - Refinanciamento	131.402	48.547	-63,1	-64,1
Lei 9496	112.734	29.762	-73,6	-74,4
Refinanciamento	52.627	13.902	-73,6	-74,3
Saneamento	60.107	15.860	-73,6	-74,4
Cohab	18.668	18.785	0,6	-2,3
Baneses	56.570	57.452	1,6	-1,4
Parcelamentos: INSS e PASEP	30.201	32.931	9,0	5,9
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	64.087	85.797	33,9	30,0
BID	37.685	61.743	63,8	59,1
BIRD	26.402	24.054	-8,9	-11,5
Serviço da Dívida Pública Contratual	578.490	522.263	-9,7	-12,3

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: A diminuição real de 12,3% nos gastos com o valor pago em serviço da dívida pública até dezembro de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016, decorreu em virtude dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 156 de 2016, além da queda na taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, indexador dos custos financeiros dos contratos de dívida interna do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do CEF - FINISA, teve no período comparativo uma diminuição de 6,67% (passando de 7,5% a.a para 7,0% a.a).

A elevação nos gastos dos contratos de dívida externa decorreu da evolução de 1,50% na taxa cambial do dólar norte-americano (a cotação PTAX venda da moeda em 31/12/2016 era de R\$ 3,2591 e, já em 31/12/2017 era de R\$ 3,308).

Nesse período também foi registrado o incremento de R\$ 88,8 milhões em liberações de recursos das operações de crédito (R\$ 88,5 milhões em operações de dívida externa e R\$ 0,3 milhões em operações de dívida interna) que impactaram o saldo da Dívida Consolidada.

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	R\$ Mil			
	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Valor Pago em serviço da Dívida Pública	578.490	522.263	-9,7	-12,3
Principal	263.895	233.426	-11,5	-14,1
Juros e Encargos	314.596	288.837	-8,2	-10,8
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	508.744	430.936	-15,3	-17,7
Principal	217.044	164.850	-24,0	-26,2
Juros e Encargos	291.700	266.086	-8,8	-11,4
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	64.087	85.797	33,9	30,0
Principal	42.839	64.850	51,4	47,0
Juros e Encargos	21.249	20.948	-1,4	-4,2
Administração Indireta	5.659	5.530	-2,3	-5,1
Principal	4.012	3.727	-7,1	-9,8
Juros e Encargos	1.647	1.804	9,5	6,4

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	12.193.441	5.280.029	43,3%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Dezembro	Até Dezembro
	2016	2017
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	16,9	18,3
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	27,1	27,8

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro/2017		
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	12.193.441		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	2.120.356	17,4%	24.386.882
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	70.422	0,6%	1.950.951

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente, pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2017.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período, com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário				R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Dezembro 2016	Até Dezembro 2017	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)	
RECEITA TOTAL	14.797.830	15.138.081	2,3	-0,6	
DEDUÇÕES	1.044.467	755.683	-27,6	-29,7	
Aplicações Financeiras	743.089	660.639	-11,1	-13,6	
Operações de Crédito	299.084	88.870	-70,3	-71,1	
Alienação de Bens	2.294	6.173	169,1	161,4	
RECEITA PRIMÁRIA (1)	13.753.363	14.382.398	4,6	1,6	
DESPESA TOTAL	14.015.285	14.392.338	2,7	-0,3	
DEDUÇÕES	578.490	522.263	-9,7	-12,3	
Juros e Encargos da Dívida	314.596	288.837	-8,2	-10,8	
Amortização da Dívida	263.895	233.426	-11,5	-14,1	
DESPESA PRIMÁRIA (2)	13.436.795	13.870.075	3,2	0,3	
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	316.568	512.323			

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a
descoberto



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até o sexto bimestre de 2017, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 749 milhões.

Resultado Nominal do Estado	R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.809.780	6.758.528
DEDUÇÕES	3.671.199	4.638.173
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.618.327	2.930.258
Demais Haveres Financeiros	1.329.936	1.987.602
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	277.064	279.687
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.138.581	2.120.356
PASSIVOS RECONHECIDOS	637.446	515.730
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.353.923	1.604.626
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	-289.880	-749.297

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Dezembro 2017	Meta LDO 2017
RESULTADO PRIMÁRIO	512.323	-807.289
RESULTADO NOMINAL	-749.297	815.909

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL



ANEXO I



1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2017	REALIZADO 2017		REALIZADO - ATÉ DEZ 2016	2017/2016 %	
		DEZ	ACUMULADO		NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	16.192.128	1.418.397	15.138.081	14.797.830	2,3%	-0,6%
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	10.746.025	951.518	11.071.951	10.515.374	5,3%	2,3%
ICMS - Exceto FUNDAP	8.091.500	770.631	8.556.584	8.070.611	6,0%	3,0%
ICMS FUNDAP	542.649	43.575	487.887	534.730	-8,8%	-11,4%
TAXAS	589.745	44.591	630.678	574.857	9,7%	6,6%
IRRF	593.034	64.838	613.603	588.049	4,3%	1,4%
IPVA	473.068	9.102	482.051	470.629	2,4%	-0,5%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	392.689	13.483	235.822	221.445	6,5%	3,4%
ITCD	63.339	5.298	65.327	55.054	18,7%	15,3%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	4.880.811	463.789	4.708.790	4.544.120	3,6%	0,7%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.267.092	54.342	1.345.750	974.746	38,1%	34,1%
COTA-PARTE DO FPE	1.295.566	133.553	1.282.075	1.369.327	-6,4%	-9,1%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	979.040	97.799	990.719	973.700	1,7%	-1,2%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	575.271	57.210	611.230	579.333	5,5%	2,5%
COTA-PARTE DO IPI	297.854	26.737	226.657	268.294	-15,5%	-17,9%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	321.506	30.843	131.900	131.086	0,6%	-2,3%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	144.482	63.305	120.460	247.635	-51,4%	-52,7%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.220.300	317.439	3.036.893	2.847.183	6,7%	3,6%
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	2.046.565	186.136	1.787.811	1.570.964	13,8%	10,5%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	567.488	78.726	556.962	578.902	-3,8%	-6,5%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	370.406	45.540	357.774	366.839	-2,5%	-5,3%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	235.841	7.036	334.346	330.478	1,2%	-1,7%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	545.740	65.872	713.781	897.548	-20,5%	-22,8%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.144.809	4.440	88.870	299.084	-70,3%	-71,1%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.345.557	384.660	4.482.205	4.305.479	4,1%	1,1%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.629.748	226.667	2.725.039	2.595.952	5,0%	2,0%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.715.809	157.993	1.757.166	1.709.527	2,8%	-0,2%
1.A - RECEITAS VINCULADAS	5.711.532	488.079	4.624.495	4.693.722	-1,5%	-4,3%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL	10.480.596	930.318	10.513.586	10.104.108	4,1%	1,1%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2017	REALIZADO 2017		REALIZADO - ATÉ DEZ 2016	2017/2016 %	
		DEZ	ACUMULADO		NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	5.982.187	1.332.165	10.182.427	10.256.907	-0,7%	-3,6%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.690.062	140.885	1.690.168	1.839.000	-8,1%	-10,7%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	4.292.125	1.191.280	8.492.259	8.417.907	0,9%	-2,0%
PESSOAL (exceto Precatórios e Aporte)	3.538.102	369.290	3.320.808	3.377.189	-1,7%	-4,5%
APORTE PREVIDENCIÁRIO		186.309	1.768.338	1.551.648	14,0%	10,7%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual		374.235	2.225.575	2.061.166	8,0%	4,9%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	3.629	19.960	26.385	13.230	99,4%	93,7%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA (Exceto FUNDAP)		103.932	165.520	126.168	31,2%	27,4%
FINANCIAMENTO FUNDAP		35.055	360.778	387.006	-6,8%	-9,4%
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	663.450	83.786	517.092	573.650	-9,9%	-12,4%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	0	0	0	217.541	-100,0%	-100,0%
PAGAMENTO DO PASEP	86.944	18.714	107.762	110.309	-2,3%	-5,1%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0	0	0		
3. RESULTADOS						
3.1 PODER EXECUTIVO						
RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL	4.498.409	-401.847	331.159	-152.799	-316,73%	-310,5%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL						
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2017: R\$ - 807.289 mil)		-537.679	512.323	316.568	61,8%	57,2%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		-589.213	745.743	782.545	-4,7%	-7,4%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2017: R\$ 815.909 mil)		8.212	-749.297	-289.880	-158,5%	-151,1%
4. INDICADORES						
INVEST./INVER. FINANC. exceto financ. FUNDAP/FUNSAF (Rec. de todas as fontes)		280.823	670.848	581.723	15%	12%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.280.029	5.280.029	5.149.975	2,5%	-0,4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)		12.193.441	12.193.441	11.884.435	2,6%	-0,3%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		43,30%	43,30%	43,33		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		27,04%	18,32%	16,93		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		36,99%	27,75%	27,09		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Contratual Interna e Externa do Estado

Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
				INÍCIO	TÉRMINO					
I - REFINANCIAMENTO UNIÃO										
	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97 Lei n.º 10.767/17 - Aditivo ao ct.	LEI N.º 9.496/97 - REFINANCIAMENTO Aditivos 5º e 6º assinados em dez 2017, ao amparo da LC 148/14 e 156/16.	D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.284.702	1.376.360		IPCA (LIMITADO A AVALIAÇÃO MENSAL DA SELIC)
	Lei n.º 7.546/03	LEI 8727/93 - COHAB ES	D	30/12/2003			882.358	926.253		
		6050-62	D	01/10/1986	01/05/2018	PRICE/PES	360.903	389.775		T.R
		6740-03	D	01/12/1984	01/05/2018	PRICE/PES	30.244	31.932		T.R
		6741-17	D	01/09/1989	01/05/2018	PRICE/PES	6.620	6.725		T.R
		6742-21	D	01/08/1988	01/07/2018	PRICE/PES	106.465	109.308		T.R
		7656-06	D	01/05/1985	01/05/2018	PRICE/PES	11.729	11.902		T.R
		9450-63	D	01/03/1986	01/05/2018	PRICE/PES	12.682	13.354		T.R
		10166-11	D	01/09/1988	01/07/2018	PRICE/PES	200.305	216.679		T.R
		10584-70	D	01/11/1986	01/05/2018	PRICE/PES	43.787	46.600		T.R
		12552-25	D	01/08/1985	01/05/2018	PRICE/PES	36.517	37.910		T.R
		8556-17	D	01/09/1988	01/05/2018	PRICE/PES	25.550	27.637		T.R
		25005-83	D	01/01/1991	01/05/2018	PRICE/PES	9.855	10.409		T.R
		436633-77N (FIN 4946-34)	D	01/05/2014	01/04/2019	PRICE	19.713	11.557		T.R
		398759-78N (FIN 12844-15)	D	01/12/2012	01/11/2017	PRICE	43	-		T.R
		0450418-56 (FIN 17281-16)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	3.008	2.107		T.R
		0450435-64 (FIN 17282-31)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	1.437	1.007		T.R
		0450557-48 (FIN 17283-57)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	2.305	1.615		T.R
		0450567-64 (FIN 17675-87)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	753	519		T.R
		449675-57 (FIN 6746-55)	D	01/01/2016	01/12/2019	PRICE	383	257		T.R
		0453132-64 (FIN. 3398-80)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	4.326	2.993		T.R
		0453136-00 (FIN 7274-81)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	5.735	3.967		T.R
TOTAL REFINANCIAMENTO							2.167.060	2.302.613	0	

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

II - FINANCIAMENTO INTERNO	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
				INÍCIO	TÉRMINO					
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA I	D	23/06/2006	19/11/2027	PRICE	1.334	1.301	10	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA II	D	23/06/2006	19/09/2028	PRICE	1.112	1.051	165	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA III	D	23/06/2006	19/08/2028	PRICE	2.377	2.248	952	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA IV	D	23/06/2006	19/11/2028	PRICE	3.289	3.209	14	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA V	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	583	549	1.008	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VI	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	2.097	1.974	259	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VII	D	23/06/2006	19/02/2028	PRICE	1.870	1.759	1.308	TR
	Lei n.º 10.025/2013	Sistema de Manejo de Águas Pluviais RMGV - Bacias Hidrográficas Córrego Campo Grande, Canal da Costa e Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	2.186	2.217	204.446	T.R
LEI nº 9.914/2012 e LEI nº 10.765/2017 (ADITIVO)	Programa Proinvest - Resolução CMN 4109/12 Refinanciamento cf. art.2º LC 156/2016.	D	15/01/2018	15/11/2042	SAC				-	
BANCO NACIONAL DE DES. ECON. E SOCIAL - BNDES	Lei n.º 8.755/07 e 9.117/09	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO HO	D	25/09/2009	15/10/2019	SAC	66.157	43.270	8.179	-
	Lei n.º 9.004/08	TRANSCOL IV	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	83.348	60.177	0	-
	Lei n.º 9.593/2010	PROGRAMA BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	59.502	56.243	468.050	-
	Lei n.º 9.874/12	Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável - Resolução CMN 4091/12	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	2.339.150	2.364.399	699.974	-
	Lei n.º 9.374/09	BNDES Estados - PEF II	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	40.085	28.941	-	-
TOTAL FINANCIAMENTO INTERNO							2.977.178	2.921.707	1.384.366	
II - FINANCIAMENTO EXTERNO										
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	Lei 10.186/2014	Projeto Estado Presente - BID	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC	0	0	185.248	DÓLAR
	Lei n.º 6.731/01	PROGRAMA RODOVIÁRIO DO ES II	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	151.711	137.778	-	DÓLAR
	Lei n.º 8.996/2008	PRES III - PROGRAMA RODOVIÁRIO DE ES III	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	481.861	527.210	25.138	DÓLAR
	Lei n.º 9.072/08	PROFAZ - PLANO DE DESENV. DA ADM. FAZENDARIA	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	34.550	51.378	-	DÓLAR
BANCO INT. PARA RECONSTRUÇÃO E DESENV. - BIRD	Lei n.º 7.728/93	PROJETO ÁGUAS LIMPAS	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	43.939	34.687	-	DÓLAR
	Lei n.º 8.860/08	PROJETO ÁGUAS LIMPAS - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	189.916	184.014	-	DÓLAR
	Lei 10.050/2013	Projeto Gestão Integrada de Águas e da Paisagem	D	28/09/2015	15/08/2038	SAC CUSTOMIZADO	18.091	25.950	717.890	DÓLAR
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO							920.068	960.997	928.276	
III - DEMAIS DÍVIDAS										
FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES	Lei n.º 5527/97	ASSUNÇÃO DE DIV DO BEES JUNTO BANESES	D	29/06/1998	30/11/2018	PRICE	104.384	51.207	0	IGP-DI
IV - PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS										
PASEP	LEI n.º 12.180/12	PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	348.842	326.057	0	NÃO HÁ
INSS		PREVIDENCIÁRIO/CEASA	I	20/07/2003	20/06/2018		347.355	324.765		NÃO HÁ
INSS		PREVIDENCIÁRIO / PRODEST	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC	1.193	1.193		NÃO HÁ
RECEITA FEDERAL		TRIBUTOS / PRODEST	I	31/07/2003	30/03/2016		294	98		NÃO HÁ
TOTAL GERAL I+II+III+IV							6.517.533	6.562.580	2.312.641	

Obs.: a dívida junto ao PASEP do IPAJM não é considerada como dívida consolidada.

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Bruno Funchal

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Alexandre Viana Gebara

Amílcar José Carvalho

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.